
A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESPÍRITA RIO-GRANDENSE ATRAVÉS DO PERIÓDICO A *REENCARNAÇÃO* (1934-1949)

THE ORGANIZATION OF MOVEMENT SPIRITIST RIO GRANDENSE THROUGH PERIODIC A *REENCARNAÇÃO* (1934-1949)

Bruno Cortês Scherer
Mestrando em História - PPGH - UFSM
brunocs.hist@gmail.com.

Beatriz Teixeira Weber
Pós-doutorado em História - COC/FIOCRUZ
beatriztweber@gmail.com

RESUMO: Difundindo-se no Brasil entre fins do século XIX e início do século XX, o espiritismo encontrou condições favoráveis a sua inserção no Rio Grande do Sul. Na década de 1920, suas principais lideranças articularam a fundação da Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS) com o objetivo de reunir e orientar os grupos espíritas do Estado. Este artigo analisa a estruturação e o desenvolvimento dessas perspectivas e o quanto elas contribuíram para a organização do movimento espírita rio-grandense. Nesse sentido, adotando como fonte de análise o periódico *A Reencarnação*, editado pela instituição a partir de 1934, almeja-se identificar e refletir acerca de suas propostas de organização institucional e doutrinária nas décadas de 1930 e 1940. A análise aponta para uma série de iniciativas desenvolvidas neste período, centradas na difusão do espiritismo, na normatização de discursos e práticas rituais e em formas de atuação no espaço social, as quais foram em grande parte difundidas entre os grupos espíritas através do referido periódico. Enfim, perspectivas que teriam contribuído para a consolidação do espiritismo na sociedade rio-grandense, bem como para a legitimação da FERGS enquanto sua representação oficial.

PALAVRAS-CHAVE: Espiritismo. Imprensa. História das Religiões.

ABSTRACT: Diffusing in Brazil from the late nineteenth century and early twentieth century spiritism found favorable conditions to your insertion in Rio Grande do Sul. In the 1920s, its main leaders articulated the foundation of the Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS) with the objective to gather and guide the spiritists groups in the state. This paper analyzes the structure and development of these perspectives and how they contributed to the organization of the rio-grandense spiritist movement. In this sense, adopting as a source of analysis the periodic *A Reencarnação*, edited by the institution from 1934, intend to identify and reflect on their proposals for institutional and doctrinal organization in the 1930s and 1940s. The analysis points to a number of initiatives in this period, focusing on the diffusion of spiritism, the standardization of speeches and practices rituals and ways of working in the social space, which were largely disseminated among spiritists groups through said journal. Finally, perspectives that have contributed to the consolidation of spiritism in the rio-grandense society as well as to the legitimacy of the FERGS while their official representation.

KEYWORDS: Spiritism. Press. History of Religions.

Introdução

O espiritismo define-se como uma doutrina científica, filosófica e religiosa, elaborada na França, em 1857, por Allan Kardec, que obteve ampla difusão no Brasil entre fins do século XIX e início do século XX. Em terras brasileiras, contudo, a doutrina kardecista adquiriu características próprias assumindo um caráter essencialmente religioso, caritativo e letrado, cuja imagem pública vinculou-se historicamente à promoção de um conjunto diversificado de obras sociais. (DAMÁZIO, 1994; GIUMBELLI, 1997; STOLL, 2003)

Desenvolvendo-se a partir de suas principais cidades nas últimas décadas do século XIX, no Rio Grande do Sul o espiritismo encontrou condições favoráveis a sua inserção, dentre as quais a forte presença do positivismo, da maçonaria e da homeopatia, cujas ideias aproximavam-se de seus princípios doutrinários. Encontrou receptividade entre intelectuais e lideranças operárias num contexto marcado pela diversidade de ideias e sistemas de pensamento que tinham a ciência, o racionalismo e o evolucionismo como pilares comuns.

A influência positivista sobre a política estadual, além de contribuir para a receptividade do espiritismo em termos ideológicos permitiu-lhe também uma atuação social mais direta através de suas práticas de cura. Respalhada pela liberdade profissional, assegurada pela constituição rio-grandense, a doutrina difundiu-se também no seio dos grupos subalternos, através da prestação gratuita de serviços de saúde (WEBER, 1999).

Com a constituição de grupos organizados a partir da década de 1890, suas atividades internas e externas se estruturaram, bem como seus canais de difusão. Daí o recurso à imprensa, atestado pela proliferação de periódicos espíritas na passagem para o século XX, além de uma presença significativa na imprensa leiga. Assim, esses grupos veiculavam suas reuniões, obras de caridade e explanações doutrinárias, bem como suas concepções sobre saúde, religião e sociedade (BOFF, 2001; MIGUEL, 2009a; MELNITZK, 2012).

De maneira análoga a outras regiões do Brasil, o desenvolvimento da imprensa espírita neste Estado se constituiu como um importante instrumento de propaganda, comunicação e institucionalização. Tornou-se, igualmente, um meio eficaz de fazer frente às oposições que o espiritismo recebia, sobretudo da medicina e da religião católica, que almejavam a hegemonia

em seus respectivos campos de atuação, e, nesse sentido, também um meio de definição de sua identidade naquela sociedade.

É nesse sentido que se pode considerar as primeiras décadas do século XX como o momento de emergência do movimento espírita rio-grandense, um contexto em que são formuladas as primeiras iniciativas no sentido de sua difusão, organização e defesa. Com efeito, o desenvolvimento dos debates e tensões entre espíritas e outros agentes sociais ao longo da primeira metade do século XX, tornaram as perspectivas organizacionais cada vez mais indispensáveis.

Além disso, encontrando-se disseminado em diversas regiões do Estado, o espiritismo era praticado de forma muito diversa, não raro atrelado a práticas condenadas por seus opositores. É nesse sentido que se localiza, no início da década de 1920, a fundação da Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS), como uma iniciativa dos principais grupos espíritas rio-grandenses no sentido de promover uma organização sistemática para o movimento espírita.

Concentrando-se na atuação desta instituição, o presente artigo analisa a estruturação e o desenvolvimento de suas propostas em favor da organização do movimento espírita, considerando em que medida elas contribuíram para a consolidação do espiritismo na sociedade rio-grandense ao longo das décadas de 1930 e 1940. Para tanto, adota-se como principal evidência de análise o periódico *A Reencarnação*, editado pela FERGS a partir de 1934 com fins de comunicação e propaganda.

A organização do movimento espírita rio-grandense

De acordo com os registros institucionais, a fundação Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS) resultou da articulação entre 23 entidades espíritas de Porto Alegre e do interior do Estado em uma série de reuniões entre os dias 15 e 17 de fevereiro de 1921.¹ Na ocasião foi eleita a primeira diretoria² e aprovados os estatutos que definiram a entidade como

¹ A Reencarnação. Ano 20, n. 6-7. Porto Alegre. mar. e abr. 1955. p. 1-2.

² A Reencarnação. Ano 23, n. 7. Porto Alegre. abr. 1957. p. 5.

uma “sociedade civil, espírita, de caráter religioso, filosófico e científico, tendo por finalidade a unificação e a orientação doutrinária de suas entidades federadas”.³

A FERGS então se apresentava como uma agremiação dedicada a congregar e orientar as células espíritas em torno de princípios comuns para a prática do espiritismo. Sua ação constituir-se-ia na arregimentação e orientação de grupos, centros e sociedades através da normatização doutrinária, ritual e institucional. Todavia, a efetivação dessas perspectivas demandou uma série de investimentos, especialmente em relação ao reconhecimento de sua autoridade como representante do espiritismo no Estado.

A partir dos relatos sobre seus primeiros anos de atividade, pode-se inferir que a década de 1920 constituiu-se como um período de estruturação interna, sendo o mesmo marcado por dificuldades administrativas e de ordem material em função da carência de recursos e de uma sede própria. Assim, é especialmente na década de 1930 que se desenvolvem iniciativas mais sistemáticas visando à articulação e orientação dos grupos espíritas rio-grandenses.

Em 1935, a Federação tornou pública a deliberação de nomear representantes autorizados nas principais localidades do Estado, a fim de que “sua acção doutrinária mais regular e facilmente se irradiasse”, especialmente nas regiões interioranas, “estabelecendo-se mais fortes laços de fraternidade” entre os grupos espíritas.⁴ A atuação desses indivíduos seria orientada por um conjunto de treze instruções que expressavam a intenção de fortalecimento da ação federativa.

Em linhas gerais, através de visitas periódicas os emissários da FERGS deveriam manter contato com as entidades federadas e não federadas em suas respectivas localidades de atuação. Em relação às primeiras, deveriam zelar especialmente pelo cumprimento das normas previstas pelos estatutos e demais resoluções “assistindo aos trabalhos que lá se realizarem, para se inteirar dos métodos empregados”.⁵

Quanto às entidades que não pertenciam ao quadro federativo, deveriam atuar junto de suas lideranças no sentido de angariar sua adesão. Em ambos os casos, a divulgação das perspectivas da instituição encontrava-se sob responsabilidade dos representantes que

³ A Reencarnação. Ano 72. n. 431. Porto Alegre. 1. sem. 2006. p. 7.

⁴ A Reencarnação. Ano 1. n. 4. Porto Alegre. jan. 1935. p. 13.

⁵ A Reencarnação. Ano 1. n. 4. Porto Alegre. jan. 1935. p. 13-14.

deveriam “promover a realização de palestras e conferencias doutrinárias, organizando escala com elementos locais”.⁶

Tais perspectivas endossam a ideia de que a associação entre elementos de outras crenças religiosas e o espiritismo era um fato recorrente no período, constituindo-se como um obstáculo às pretensões da FERGS em relação à organização do movimento espírita. Assim, através de seus emissários e também da propaganda, a entidade promovia uma ação saneadora com o intuito normatizar interpretações doutrinárias e práticas rituais uniformizando-as segundo sua definição do que seria o espiritismo.

Essa atitude foi reforçada pelo Conselho Deliberativo da FERGS, em 1936, através de uma campanha que teria o objetivo de “disciplinar, moralizar e uniformizar os trabalhos”. Para tanto, a atuação dos representantes deveria prosseguir, intensificando-se o diálogo com os grupos que se ocupavam “com práticas de mediunidade interesseira, de fanatismo, de superstição” de modo a persuadi-los a aceitar a intervenção da Federação “para dirigir-lhes os trabalhos, segundo as boas normas”.⁷

A FERGS preocupava-se em expressar publicamente suas iniciativas de combate às deturpações do espiritismo assinalando sua total desvinculação em relação a grupos e indivíduos que as praticassem. Assim, afirmava que somente considerava “Sociedades dignas aquelas que, filiadas ou não, se entreguem ao estudo e a divulgação do Espiritismo, segundo as obras de Allan Kardec e de seus continuadores, e que têm por preocupação máxima a pratica da Caridade, como Jesus a exercia”.⁸

Tais iniciativas podem ser compreendidas considerando-se as tensões entre o espiritismo e outros agentes sociais na década de 1930. A criminalização de suas práticas de cura, as oposições do saber médico e do catolicismo, bem como a conjuntura política brasileira reforçavam a necessidade de sua legitimação social. Consciente disso, a FERGS atuaria no sentido de ter reconhecido seu status de representação espírita no Estado.

Assim, perante esses agentes e a sociedade em geral, a entidade reforçaria suas intenções de organizar os grupos espíritas em torno de princípios comuns, observando as determinações legais e os padrões de moralidade. Daí os esforços em favor da uniformidade

⁶ Ibid., p. 14.

⁷ A Reencarnação. Ano 2. n. 6. Porto Alegre. abr. 1936. p. 7.

⁸ A Reencarnação. Ano 2. n. 6. Porto Alegre. abr. 1936. p. 7

doutrinária e ritual, e da identificação do espiritismo e seus adeptos a partir da delimitação das fronteiras em relação a outras crenças e práticas as quais eram atribuídas à alcunha pejorativa de “baixo espiritismo”.⁹

A difusão dessas perspectivas estaria ao encargo de publicações organizadas pela instituição, notadamente o periódico *A Reencarnação*, fundado em outubro de 1934 com a finalidade de “articular melhor todas as entidades filiadas, dando-lhes orientação uniforme tendente a se estabelecerem normas comuns de trabalho e perfeita compreensão da Verdade”. Assim, “com esforço paciente, dissipando a superstição e o erro” o periódico contribuiria “para sanear o ambiente em que se processam as práticas espíricas, expurgando-as de todos os aspectos do obscurantismo”.¹⁰

Distribuída nas cidades em que haviam instituições federadas, *A Reencarnação* dedicar-se-ia através de suas publicações a promover o estreitamento das relações entre os grupos espíritas rio-grandenses a partir do vínculo com a Federação. Para tanto, recorreria à divulgação de relatórios de suas atividades, notas sobre o movimento federativo, bem como propostas e iniciativas organizacionais visando novas adesões.

A publicação de artigos versando sobre aspectos doutrinários e as atividades desenvolvidas pelos centros espíritas cumpriram o intento de normatização de discursos e práticas comuns de acordo com o entendimento e os objetivos da entidade. Essas perspectivas também convergiram para o intento de definição e exteriorização de uma identidade social para o espiritismo e seus adeptos perante a sociedade rio-grandense.

É importante ressaltar que esses elementos integram a trajetória de *A Reencarnação* ao longo do tempo, a partir da qual se almeja compreender o próprio percurso realizado pela FERGS em favor da organização do espiritismo rio-grandense. A opção pelo referido periódico como principal fonte de análise neste estudo deve-se justamente à importância que o mesmo adquiriu para a instituição enquanto instrumento de comunicação e propaganda.

Tratava-se de uma publicação em formato de revista, de periodicidade mensal, inicialmente com edições de até quinze páginas compostas na maior parte por textos com as

⁹ De acordo com Giumbelli (1997), a categoria “baixo espiritismo” teria se originado no seio dos órgãos de repressão, sendo também difundida pela imprensa nas primeiras décadas do século XX, referindo-se a um conjunto de práticas consideradas ilegítimas e exploratórias, que englobavam a magia negra e tradições africanas e afro-brasileiras. In GIUMBELLI, Emerson. O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

¹⁰ *A Reencarnação*. Ano 1. n. 1. Porto Alegre. out. 1934. p. 2.

temáticas acima elencadas. Em relação ao público-alvo, era especialmente dirigido às instituições espíritas, isto é, seus dirigentes, membros e trabalhadores. Com efeito, eram esses indivíduos que poderiam colaborar com a FERGS aderindo a suas propostas e implementando-as em seus respectivos grupos.

Seus produtores de conteúdo eram variados, mas, acompanhando o periódico ao longo do tempo, alguns nomes tornam-se mais frequentes. Esses autores são indivíduos reconhecidos no meio espírita, geralmente vinculados a FERGS, sendo apresentados como profundos conhecedores da doutrina espírita, o que os qualificaria para expressarem-se acerca daqueles assuntos, obviamente, desde que, em sintonia com os objetivos da instituição.

Tais articulistas emergem como os responsáveis pelo trabalho religioso realizado a partir do periódico, enquanto processo de produção e objetivação de práticas e discursos “revestidos de caráter sagrado” que “atendem a uma necessidade de expressão de um grupo ou classe social” (OLIVEIRA, 2011, p. 182). Com efeito, cabia a eles definir e fornecer as interpretações doutrinárias, orientar as práticas espíritas, bem como divulgar e defender propostas que endossassem a ação federativa.

Funções que Bourdieu (2011, p. 39) atribui a um “*corpo de especialistas* religiosos, socialmente reconhecidos como detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou à reprodução de um ‘*corpus*’ *deliberadamente organizado* de conhecimentos secretos”. Assim, na posição de produtores e porta-vozes esses indivíduos contavam com o respaldo institucional conferido pela FERGS que os autorizava e legitimava a se pronunciarem em nome dela e para ela.

É neste ponto, que procuramos compreender a questão da legitimidade da FERGS enquanto entidade representativa do espiritismo no Estado. Com efeito, acreditamos que o desenvolvimento de suas perspectivas organizacionais e dos mecanismos de difusão, ao longo década de 1940, foi fundamental neste processo. Tratam-se de iniciativas que lhe permitiram ampliar sua ação e influência no Estado e, assim, conquistar o reconhecimento desse status dentro e fora dos meios espíritas.

Uma dessas ações foi a realização da 1ª Exposição de Jornais, Revistas e Obras Espíritas, inaugurada em 6 de novembro de 1940, em Porto Alegre.¹¹ Arelada às

¹¹ A Reencarnação. Ano 7. n. 3. Porto Alegre. dez.1940. p. 1.

comemorações do bicentenário da cidade, a exposição almejava proporcionar ao público “a oportunidade de constatar o grau de progresso da Imprensa Espírita”, constituindo-se como uma forma de divulgação do espiritismo entre o público mais amplo.¹²

Neste período, o espiritismo também procurava difundir-se através do rádio com a “Hora Espírita Radiofônica”, programa semanal emitido pela Rádio Difusora Porto-Alegrense. Atrelado ao Departamento de Difusão Doutrinária da Federação, o programa era reconhecido como um meio eficaz de divulgação da atividade espírita, tornando-se uma recomendação frequente nas páginas de *A Reencarnação*, que não raro também transcrevia o conteúdo das transmissões.¹³

O incremento na publicação de artigos que abordavam questões doutrinárias, por exemplo, bem como a divulgação das ações nas áreas da saúde, educação e assistência social contribuía para a normatização da interpretação e da prática espírita. Convergindo para uma definição interna e externa do espiritismo, essas concepções também tomavam parte nos argumentos contra seus detratores, notadamente, o campo médico, os órgãos de saúde e higiene e também o catolicismo.

Em relação à orientação dos grupos espíritas destacam-se duas publicações editadas pela Federação a partir de agosto de 1944, visando “a uniformização dos trabalhos práticos” e o “perfeito entendimento de relações entre as Instituições adêsas e à Entidade Máxima”. Tratavam-se do *Regimento de Adesão* “como complemento às disposições dos Estatutos” e *Regulamento e Normas*, um “repositório destinado à melhor orientação e uniformização de diversas sessões com ou sem mediunismo”.¹⁴

A FERGS expressava sua expectativa no sentido de que “fielmente cumpridas as recomendações nelas existentes, conseguiremos trabalhos uniformes e bem orientados em harmonia com os postulados da Doutrina Codificada pelo insigne Allan Kardec”.¹⁵ Intenção que é manifestada novamente na edição de julho de 1945, com o argumento de que, diante da diversidade de modos de agir, a adesão a tais perspectivas seria fundamental a fim de evitar

¹² *A Reencarnação*. Ano 6. n. 12. Porto Alegre. set. 1940. p. 9.

¹³ *A Reencarnação*. Ano 8. n. 11. Porto Alegre. ago. 1942. p. 6.

¹⁴ *A Reencarnação*. Ano 10. n. 11. Porto Alegre. ago. 1944. p. 5.

¹⁵ *Ibid.*, p. 5.

que “alguns confrades, levados pelos resíduos trazidos de outros credos tentem introduzir processos pessoais”.¹⁶

A perspectiva moralizadora e disciplinadora que a entidade procurava imprimir à organização dos grupos espíritas perpassa todo o texto de *Regulamento e Normas*, recomendando-se aos médiuns uma grande dedicação aos estudos das obras básicas do espiritismo. Há também orientações sobre a postura a ser assumida no desenvolvimento de suas faculdades mediúnicas: a prática em momentos e locais adequados, o equilíbrio dos pensamentos, o controle das emoções e o exercício de virtudes morais, notadamente a humildade e a caridade em toda a sua plenitude.¹⁷

Um marco no processo de organização que a FERGS procurava implementar, foi a realização do I Congresso Espírita do Rio Grande do Sul, entre os dias 3 e 7 de outubro de 1945, em Porto Alegre.¹⁸ Constituindo-se de uma série de conferências e visitas às entidades espíritas da capital, o evento contou com a participação de 67 entidades de diversas regiões do Estado, incluindo grupos não pertencentes ao quadro federativo.¹⁹

Em seu encerramento, Hélio de Castro, então secretário-geral da FERGS e presidente da comissão organizadora, reiterava os principais objetivos do evento:

- ventilar magnos problemas concernentes à maior eficiência na atuação das “células” espíritas do Estado.
- desenvolver e solidificar laços de fraternidade cristã entre todos os confrades e entre a Federação e suas Sociedades adêsas: e, finalmente.
- dar uma demonstração, com a maior envergadura e realce, das tão almeçadas finalidades do Espiritismo – como doutrina religiosa de aperfeiçoamento espiritual e moral e como solucionadora de importantes problemas sociais, com sua bandeira de ampla solidariedade humana, principalmente aos desvalidos do mundo; que sofrem no corpo e na alma – fazendo nos aparecer no cenário público do Estado como força ponderável e organizada, que, aqui, já realmente somos.²⁰

Argumentava que a maior justificativa para sua realização teria sido a necessidade de congregar as sociedades espíritas proporcionando-lhes uma orientação segura, especialmente

¹⁶ A Reencarnação. Ano 11. n. 8. Porto Alegre. jul. 1945. p. 11.

¹⁷ FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Regulamento e Normas. Porto Alegre: Livraria Continente, 1944. p. 14-36.

¹⁸ A Reencarnação. Ano 12. n. 1. Porto Alegre. out. 1945. p. 1.

¹⁹ Ibid, p. 17-20.

²⁰ A Reencarnação. Ano 12. n. 1. Porto Alegre. out. 1945. p. 42.

no interior do Estado onde o vínculo com a Federação era mais tênue. Os ideais unificadores e orientadores que a FERGS pretendia instituir entre suas adesões são ainda mais evidentes na avaliação final do congresso, tomada a partir das teses defendidas pelos participantes.²¹

Em relação à diversidade de práticas, por exemplo, defendia-se a necessidade de se estabelecer “com energia serena, uma Unidade de Direção”, isto é, uma uniformidade doutrinária, cabendo à Federação “fixar diretrizes claras e insofismáveis para roteiro daqueles trabalhos”.²² Subjacente a essa perspectiva encontrava-se a questão da propaganda do espiritismo, fim para o qual foi criado, em 1944, o Departamento de Educação e Cultura, responsável pela criação de cursos de doutrinadores e visitantes doutrinários, com vistas à difusão do espiritismo e de sua prática segundo os parâmetros definidos pela instituição.

Destaque também para a atuação social do espiritismo, considerando-se o papel que o mesmo deveria desempenhar na instrução e na educação moral, enquanto um sistema “filosófico-moral que propugna a regeneração da Humanidade”. Nesse sentido, deveria também prestar sua colaboração através da assistência social, uma ação concebida como cada vez mais necessária e que deveria desenvolver-se a partir de “uma organização acorde com o momento em que vivemos e se manter atualizada”.²³

É importante ressaltar a positiva repercussão do evento que contou com o apoio das autoridades estaduais e municipais. Registra-se, nesse sentido, que o Teatro São Pedro, local de realização do congresso, foi cedido pela Secretaria de Educação e Cultura da cidade. Além disso, na ocasião foram finalizados os trâmites legais em relação à doação de um terreno pela prefeitura de Porto Alegre, em setembro daquele ano, destinado à construção de uma sede própria para a FERGS, sendo lançada sua pedra fundamental no primeiro dia do congresso.²⁴

Diante disso pode-se depreender que neste período a ação federativa mantinha um bom relacionamento com as autoridades públicas, possivelmente em função das relações e da posição social dos principais membros da FERGS e das entidades filiadas. O esforço da Federação em organizar a prática espírita dentro dos termos legais e vinculá-la a um conjunto de ações sociais em favor dos desamparados também contribuiria para a visibilidade positiva do espiritismo perante essas esferas e a sociedade de forma geral.

²¹ Ibid., p. 10-11.

²² Ibid., p. 44-45.

²³ A Reencarnação. Ano 12. n. 1. Porto Alegre. out. 1945. p. 45-47.

²⁴ Ibid., p. 14-16.

Essa aceitação, contudo, não pode ser generalizada, pois como era fato reconhecido pela própria FERGS, a doutrina espírita era praticada de forma muito diversa no Estado, vinculando-se a outras crenças, muitas das quais recriminadas por médicos e órgãos de saúde. Tal era a situação também enfrentada pelo espiritismo no centro do país, especialmente pelo impacto do Código Penal de 1940, que enquadrava as práticas espíritas nos crimes contra a saúde pública, sobretudo no artigo 284 que versava sobre o curandeirismo.²⁵

Essa questão recebeu especial atenção no congresso espírita rio-grandense no qual foi aprovada, na sessão de 6 de outubro, uma moção dirigida a Getúlio Vargas, então Presidente da República, solicitando a revogação do referido artigo, tendo em vista que “os espíritas não podem nem devem continuar a sofrer vexames sem protesto, pelo fato de darem de graça o que de graça recebem”. Argumentava-se, enfim, que aquele dispositivo cerceava a liberdade de culto garantida pela Constituição Federal.²⁶

Na defesa de suas práticas de cura, os espíritas argumentavam que ela consistia numa questão de ordem religiosa, na medida em que envolvia a crença daqueles indivíduos que a ela recorriam, além de ser uma manifestação da faculdade mediúnica que segundo o sistema de crenças espíritas deveria ser empregada desinteressadamente em benefício do próximo. Como prática da caridade, elas se processariam sem quaisquer ganhos materiais e/ou financeiros para seus realizadores.

Apesar de não serem divulgados com tanta frequência, é possível identificar nas páginas de *A Reencarnação* notícias sobre ações judiciais envolvendo médiuns e instituições espíritas no Rio Grande do Sul e em outras regiões do Brasil. Daí a mobilização da FERGS em favor da uniformização da prática espírita, ao mesmo tempo em que apelava ao Estado por mudanças na legislação.

²⁵ Promulgado pelo decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o novo Código Penal brasileiro passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1942. Apesar de não fazer menção explícita ao espiritismo, como na legislação de 1890, o novo código manteve a possibilidade de enquadramento dos espíritas em relação ao exercício ilegítimo da medicina e a prática do curandeirismo. “Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica. [...] Art. 282 – Exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites [...] Charlatanismo – Art. 283 – Inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível [...] Curandeirismo – Art. 284 – Exercer o curandeirismo: I – prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância; II – usando gestos, palavras ou qualquer outro meio; III – fazendo diagnósticos [...]”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 13 jun. 2014.

²⁶ *A Reencarnação*. Ano 12. n. 1. Porto Alegre. out. 1945. p. 41.

É possível estabelecer um paralelo com a situação do espiritismo no centro do Brasil neste período, onde, segundo Giumbelli (1997), os espíritas teriam lançado mão de estratégias almejando à defesa e o livre exercício de sua prática. Essas consistiriam na sua fundamentação científica visando, sobretudo, a descriminalização da mediunidade e, por fim, a reivindicação da liberdade de culto como uma garantia constitucional.

Esse teria sido o principal recurso dos espíritas para sua absolvição, isto é, o entendimento de que seus atos eram questões de ordem religiosa e a cura, em última instância, uma questão de fé. Segundo o autor, num contexto em que o espiritismo suscitava o ataque da medicina oficial e a ação condenatória dos agentes repressivos do Estado, a ideia de um espiritismo religioso passou a ganhar força entre suas lideranças enquanto alternativa para garantir sua consolidação no país.

Atitude que somada ao investimento em ações humanitárias foi fundamental para a construção da identidade social do espiritismo no Brasil, ao convergir para as preocupações do Estado em relação às questões de assistência pública, especialmente na “Era Vargas”. De fato, a relação dos espíritas com esta instância também demandou estratégias, dentre as quais a aproximação com o discurso nacionalista do período.

Essas perspectivas são analisadas por Miguel (2009b) que identifica o entrecruzamento de representações acerca da política e da questão social em periódicos e obras espíritas das décadas de 1930 e 1940. Mais especificamente, os periódicos *O Reformador* e *A Reencarnação*, e as obras *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*, de Francisco Cândido Xavier, e *A Grande Síntese*, do italiano Pietro Ubaldi.

Baseando-se em Silva (2005) e Lewgoy (2004)²⁷, o autor assinala que além de ressaltar sua utilidade pública através de suas ações sociais, o espiritismo procurou aproximar-se do discurso nacionalista, cívico e patriótico do regime varguista através de representações contidas na produção mediúnica de Chico Xavier. Seria necessário rebater as acusações de

²⁷ Refere-se aqui a análise de Silva (2005) acerca da obra *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*, publicada em 1938, com psicografia de Chico Xavier e autoria atribuída ao espírito de Humberto de Campos. O livro reinterpretaria a história do Brasil enaltecendo a nação, as qualidades da terra e do povo brasileiro, sendo o país destinado a receber e difundir a doutrina cristã para o resto do mundo através do espiritismo. Também o estudo de Lewgoy (2004) sobre o referido médium, que trata das relações de sua produção mediúnica com tais perspectivas e o papel que desempenhou para a construção de uma proposta de espiritismo religioso no Brasil. In: SILVA, Fábio Luiz da. *Espiritismo: História e Poder (1938-1949)*. Londrina: EDUEL, 2005. LEWGOY, Bernardo. *O grande mediador: Chico Xavier e a cultura brasileira*. Bauru: EDUSC, 2004.

que os espíritas negavam o patriotismo, posto que segundo a perspectiva reencarnacionista, a verdadeira pátria dos espíritos era o mundo espiritual.

Já a obra de Pietro Ubaldi, divulgada de maneira secundária no movimento espírita, tencionava uma aproximação com os princípios de governo adotados pelo regime, apresentando fortes argumentos em favor da concepção corporativista de sociedade, ligada organicamente a um Estado dirigido por uma liderança forte e responsável. Preconizava ainda a harmonia entre capital e trabalho, em detrimento da luta de classes, tecendo críticas ao comunismo, mas também ao liberalismo exacerbado.

Miguel (2009b) salienta, porém, que apesar dessa evidente aproximação ideológica, o movimento espírita declarava publicamente sua neutralidade político-partidária. Assim, suas principais lideranças orientavam os adeptos a isentarem-se de participar da política, restringindo-se apenas ao voto como exercício de cidadania, atitude que resguardaria o espiritismo de possíveis investidas do Estado.

Tais concepções foram difundidas pela Federação Espírita Brasileira (FEB)²⁸, através de sua editora e de seu órgão de imprensa, o periódico *O Reformador* que circulava em diversos Estados brasileiros. Além disso, contou com o apoio das federativas estaduais com quem mantinha relacionamento, dentre elas a FERGS, que se encarregou de sua divulgação no Rio Grande do Sul através de *A Reencarnação*.

Ao examinar os artigos desta publicação, Miguel (2009b) identifica tanto o pretenso discurso de neutralidade como claras manifestações de apoio da FERGS à ordem instituída. É o caso de um artigo publicado em dezembro de 1937 no qual são reproduzidos oito pontos que sintetizam o entendimento da FEB acerca das relações entre espiritismo e política, aos quais a FERGS manifesta sua adesão.

Argumenta-se que a instituição não condena o livre exercício dos direitos políticos, tampouco incentiva o descumprimento de deveres cívicos, de modo que “o voto político, individualmente considerado, é livre, para todos os efeitos e para todas as pessoas habilitadas

²⁸ Instituição fundada em 1884, no Rio de Janeiro, com o intuito de congregar os grupos espíritas dispersos no centro no Brasil. Nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX atuou intensamente no sentido de efetivar a organização do movimento espírita nacional, assumindo oficialmente sua direção no final da década de 1940.

a exercitá-lo”. Contudo, considerando o potencial desagregador e desarmônico das atividades político-partidárias, recomenda-se que os espíritas abstenham-se das mesmas.²⁹

Reitera-se que “a Federação como entidade coletiva, não adota e não recomenda candidaturas políticas quaisquer, seja a mais alta magistratura do paiz, seja à Camaras legislativas”. E conclui ressaltando seu distanciamento de eventuais posturas favoráveis a esse tipo de atuação dentro do movimento espírita, considerando desligadas de seu quadro federativo as instituições espíritas que assim procedessem.³⁰

Miguel (2009b) destaca a reação da instituição perante o advento do Estado Novo, em 1937, através da publicação de uma circular orientando os grupos espíritas rio-grandenses acerca da revogação do direito de reunião. Determinada pela declaração do estado de guerra, a resolução afetou a realização de assembleias e conferências públicas do espiritismo, as quais a FERGS alertava que estariam suspensas até nova ordem.

A Federação Espírita do Rio Grande do Sul recommenda ás Sociedades Espíritas que mantenham no presente momento o máximo espírito de collaboração com os Poderes Públicos, quando estes estão empenhados em reprimir ideias doutrinárias que ameaçam destruir a civilização Christã. Ainda que a Federação Espírita do Rio Grande do Sul não deva se conservar alheia á hora grave que vive o Paiz, concitando todos os Espíritas ao cumprimento dos seus deveres de cidadãos na defeza da ordem publica tão necessaria á vida e ao desenvolvimento do Brasil.³¹

Nesses termos, a instituição manifestava seu apoio às ações do regime, assimilando seu discurso nacionalista e a justificação de combate às ideologias que ameaçavam ordem pública brasileira. Ao mesmo tempo, orientava as demais sociedades, centros e grupos espíritas a procederem da mesma forma, lembrando aos adeptos do espiritismo de seus deveres enquanto cidadãos brasileiros.

Assinalando que sua única preocupação era “o aperfeiçoamento moral da humanidade dentro das rígidas normas do puro Christianismo”³², deixava claro, portanto, que não possuía nenhuma aspiração em termos políticos. Assim, a FEB e a FERGS assumiam a neutralidade como um posicionamento que lhes permitiria resguardar-se de constrangimentos e

²⁹ A Reencarnação. Ano 4. n. 3. Porto Alegre. dez. 1937. p. 3.

³⁰ Ibid., p. 4.

³¹ A Reencarnação. Ano 4. n. 2. Porto Alegre. nov. 1937. p. 8.

³² Ibid., p. 8.

perseguições legais num contexto em que o regime varguista reforçava seu controle sobre o Estado e intensificava a repressão sobre seus opositores.

Em suma, os aspectos supracitados evidenciam o impacto das injunções sociopolíticas dos anos 1930 e 1940 sobre a organização do movimento espírita, tanto no Rio Grande do Sul como no centro do país. É nesse sentido que se pode compreender a adoção de um pretensão discurso de neutralidade política pelo espiritismo como um instrumento eficaz em favor de seu relacionamento com o Estado.

Um posicionamento estratégico através do qual os espíritas poderiam resguardar-se de possíveis atritos com esta instância ao declararem abertamente sua desvinculação em relação a ideologias e movimentos políticos. E que igualmente, tornava possível apoiar, quando necessário, o projeto político-ideológico da ordem instituída.³³

É preciso ressaltar, contudo, que a adesão a essas perspectivas não deve ser tomada como um consenso dentro movimento espírita, sendo mais adequado considerá-la como uma postura assumida por algumas instituições que se colocavam como instâncias de representação para o espiritismo o que, pelos elementos analisados, pode-se atribuir a FEB e a FERGS. Com efeito, na medida em que se legitimavam perante o Estado elas poderiam estender este atributo a outras agremiações espíritas que, reconhecendo sua autoridade, se colocassem sob sua orientação.

Assumindo o encargo da orientação e defesa de suas entidades adesas, a FERGS reafirmava sua condição de representante do espiritismo no Estado. Com efeito, dirigir-se aos grupos espíritas rio-grandenses ressaltando os benefícios da filiação, era uma ação fundamental para a ampliação de sua influência sobre o movimento espírita. Afinal, o efetivo reconhecimento de sua autoridade passava pela adesão a suas perspectivas.

Acompanhado a evolução do quadro federativo é possível identificar um expressivo crescimento no número de adesões à instituição entre os anos de 1934 e 1949, período em que

³³ É importante destacar que o relacionamento com o Estado também se colocava como uma questão importante para outras perspectivas religiosas. Nesse sentido, Miguel (2007) assinala que especialmente as tentativas de aproximação da Igreja Católica durante a “Era Vargas” se colocaram como obstáculos à legitimação e à inserção social do espiritismo acirrando a competição religiosa entre os dois grupos. Nesses embates, travados nas páginas da imprensa religiosa e profana, destacavam-se críticas dos espíritas contra a atuação política católica e, da parte dos católicos, acusações de que o espiritismo era favorável ao comunismo. MIGUEL, Sinuê Neckel. *Espiritismo unificado: Movimento espírita brasileiro e suas relações com o Estado (1937-1951)*. 2007. 110 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

se desenvolvem suas principais propostas e iniciativas organizacionais. O destaque fica para o ano de 1940 no qual o número de filiadas chega a 70, um significativo aumento de 118% em relação às 32 entidades listadas no ano de 1934³⁴, o que se traduz em uma maior presença da instituição no interior e filiações em todas as regiões do Estado. Tendência prossegue nos anos seguintes, de modo que em 1945 as adesões à FERGS compreendem 95 instituições, 35% a mais em relação a 1940.³⁵ E, finalmente, em 1949, um total de 104 filiadas, sendo este o crescimento menos expressivo, mas ainda assim, dentro de uma tendência expansionista.³⁶

Em suma, ao demonstrar a variação do quadro federativo, esses dados permitem avaliar a recepção das propostas da FERGS pelos grupos espíritas rio-grandenses ao longo deste período. Com efeito, o ato de filiar-se à entidade implicava a adesão às suas perspectivas a partir do reconhecimento de sua autoridade como instância de representação e, por conseguinte, de sua competência para se expressar e agir em nome do espiritismo rio-grandense.

Considerações finais

Considerando as principais iniciativas da FERGS ao longo das décadas de 1930 e 1940 foi possível identificar o desenvolvimento de uma ampla proposta de organização para o movimento espírita baseada na normatização doutrinária, ritual e institucional. Com efeito, a própria fundação da entidade resultou da constatação das lideranças espíritas de que a heterogeneidade do espiritismo nas primeiras décadas do século XX era um fator de instabilidade que ameaçava sua consolidação na sociedade rio-grandense.

Daí os esforços para a criação de uma agremiação que se encarregasse da complexa tarefa de reunir e orientar os grupos, centros e sociedades que se encontravam dispersos no Estado. A FERGS então passou a operar de diversas formas no meio espírita, sendo uma delas através da atuação de representantes autorizados e encarregados de difundir, implementar e fiscalizar a execução de suas perspectivas.

³⁴ A Reencarnação. Ano 6. n. 5. Porto Alegre. fev. 1940. p. 11-12. A Reencarnação. Ano 6. n. 10. Porto Alegre. jul. 1940. p. 12.

³⁵ A Reencarnação. Ano 12. n. 3. Porto Alegre. dez. 1945. p. 13

³⁶ A Reencarnação. Ano 15. n. 4. Porto Alegre. Jan. 1949. p. 20. A Reencarnação. Ano 15. n. 8-9. Porto Alegre. Mai. e Jun. 1949. p. 19.

Igualmente, por meio da divulgação de publicações de orientação e o uso intensivo da imprensa, que se constituiu como um importante meio de comunicação e propaganda. E, finalmente, através da realização de conferências públicas e de grandes eventos que almejavam congregar os grupos espíritas, reafirmando os princípios federativos para as entidades filiadas e destacando os benefícios da adesão para as demais.

Assim, a Federação se apresentava como uma instância de representação capaz de resguardar o espiritismo e seus praticantes dos constrangimentos legais e das oposições advindas dos campos médico e religioso. E, igualmente, da ação repressiva do Estado durante a vigência de um regime autoritário que cerceava a liberdade de expressão e reprimia quaisquer manifestações de oposição.

Isso seria possível em função do caráter uniformizador da ação federativa que, incidindo sobre as práticas espíritas, contribuiria para atenuar as oposições da medicina e do catolicismo. Igualmente, do incentivo ao desenvolvimento de ações sociais que obteriam o reconhecimento e o apoio dos poderes públicos. E, por fim, da estratégica aproximação com o regime varguista a partir de um pretense discurso de neutralidade político-partidária que preveniria o espiritismo contra possíveis perseguições.

Diante desses elementos, é possível conjecturar que uma das principais motivações para o expressivo número de adesões à FERGS no período abordado tenha sido o reconhecimento da estabilidade que a entidade proporcionaria à atuação dos grupos espíritas. Afinal, sua proposta de organização considerava não apenas questões internas, mas também o relacionamento do espiritismo com outros agentes sociais.

Dentro e fora do meio espírita, sua legitimidade enquanto representação estadual dependia do reconhecimento desses atributos e da eficácia de suas ações. Assim, a instituição recorreu a um constante exercício de autopromoção perante esses agentes e os grupos espíritas. A isso deve ser associada a mobilização do capital simbólico advindo do reconhecimento da FEB que, ao se consagrar como entidade máxima do espiritismo no Brasil, em 1949, oficializou a FERGS como sua representante no Rio Grande do Sul.

Enfim, ao articular as necessidades internas às injunções externas ao meio espírita, a organização federativa se constituiu como uma consistente via de consolidação para o espiritismo na sociedade rio-grandense. Acreditada em sua competência e autoridade, no final

da década de 1940 a FERGS estendia sua atuação por todo o Estado arregimentando novos grupos em torno de sua proposta de organização para o movimento espírita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Angélica Bersch. *Espiritismo, alienismo e medicina: ciência ou fé? Os saberes publicados na imprensa gaúcha da década de 1920*. 264 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: *A economia das trocas simbólicas*. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 27-78.

DAMAZIO, Sylvia F. *Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 164 p.

GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. 326 p.

MELNITZKI, Marcelo Lima. *As regras espirituais são tão exatas e positivas como as das ciências materiais: As representações sobre a ciência no Jornal Espírita*. Porto Alegre, década de 1930. 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MIGUEL, Sinuê Neckel. *Espiritismo unificado: Movimento espírita brasileiro e suas relações com o Estado (1937-1951)*. 2007. 110 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. *Espiritismo fin de siècle: a inserção do Espiritismo no Rio Grande do Sul (1896-1898)*. *Revista Brasileira de Histórias das Religiões*. ANPUH, Ano II, n.4, mai. 2009a. 40 p. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf3/texto7.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Espiritismo e política: o compasso dos espíritas com a conjuntura dos anos 1930-1940*. *Debates do NER (UFRGS)*, v. 15, p. 39-70, 2009b. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/8063/5918>> Acesso em: 13 jun. 2014.

LEWGOY, Bernardo. *O grande mediador: Chico Xavier e a cultura brasileira*. Bauru: EDUSC, 2004. 135 p.

OLIVEIRA, P. A. R. A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu. In: TEIXEIRA, Faustino. (Org.). *Sociologia da religião: enfoques teóricos*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 177-197.

SILVA, Fabio Luiz da. *Espiritismo: História e Poder (1938-1949)*. Londrina: EDUEL, 2005. 161 p.

STOLL, Sandra Jacqueline. *Espiritismo à brasileira*. São Paulo: Editora da USP; Curitiba: Editora Orion, 2003. 294 p.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar*. Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense. Santa Maria/Bauru: EDUFMS/EDUSC, 1999. 250 p.

Fontes

- Acervo documental da Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS)

A Reencarnação. Ano 1. n. 1. Porto Alegre. out. 1934.

A Reencarnação. Ano 1. n. 4. Porto Alegre. jan. 1935.

A Reencarnação. Ano 2. n. 6. Porto Alegre. abr. 1936.

A Reencarnação. Ano 4. n. 2. Porto Alegre. nov. 1937.

A Reencarnação. Ano 4. n. 3. Porto Alegre. dez. 1937.

A Reencarnação. Ano 6. n. 5. Porto Alegre. fev. 1940.

A Reencarnação. Ano 6. n. 10. Porto Alegre. jul. 1940.

A Reencarnação. Ano 6. n. 12. Porto Alegre. set. 1940.

A Reencarnação. Ano 7. n. 3. Porto Alegre. dez. 1940.

A Reencarnação. Ano 8. n. 11. Porto Alegre. ago. 1942.

A Reencarnação. Ano 10. n. 11. Porto Alegre. ago. 1944.

A Reencarnação. Ano 11. n. 8. Porto Alegre. jul. 1945.

A Reencarnação. Ano 12. n. 1. Porto Alegre. out. 1945.

A Reencarnação. Ano 12. n. 3. Porto Alegre. dez. 1945.

A Reencarnação. Ano 15. n. 4. Porto Alegre. jan. 1949.

A Reencarnação. Ano 15. n. 8-9. Porto Alegre. Mai. e Jun. 1949.

A Reencarnação. Ano 20. n. 6-7. Porto Alegre. mar. e abr. 1955.

A Reencarnação. Ano 23. n. 7. Porto Alegre. abr. 1957.

A Reencarnação. Ano 72. n. 431. Porto Alegre. 1. sem. 2006.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Regulamento e Normas. Porto Alegre: Livraria Continente, 1944.